

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DEHIS

MARIANA KALIL OLIVEIRA COSTA

A IMPORTÂNCIA DOS CURSINHOS POPULARES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO
DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: uma análise histórica e social

MARIANA - MG

2025

MARIANA KALIL OLIVEIRA COSTA

**A IMPORTÂNCIA DOS CURSINHOS POPULARES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO
DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: uma análise histórica e social**

Monografia apresentada ao Curso de História -
Licenciatura - da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em História

Orientador(a): Prof^ª. Rosa Maria da Exaltação
Coutrim

MARIANA - MG

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Kalil Oliveira Costa

A Importância dos Cursinhos Populares para a Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Uma análise histórica e social

Monografia apresentada ao Curso de História - Licenciatura - da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História

Aprovada em 04 de abril de 2025

Membros da banca

Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa. Dra. Rosa Maria da Exaltação Coutrim, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/11/2025



Documento assinado eletronicamente por **Rosa Maria da Exaltacao Coutrim, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/11/2025, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1015444** e o código CRC **78EE2CB1**.

Ao Humanista, por permitir que eu atuasse, na prática, em um cursinho popular e por inspirar a realização deste artigo.

A todos os meus alunos, que confiaram em meu trabalho e possibilitaram ricas trocas ao longo desse processo.

Às famílias Costa e Kalil, pelo apoio incondicional e pelo amor que sempre me fortaleceram.

À Liara, que, ainda muito jovem para compreender tudo isso, sempre soube entender a distância de sua Didi durante a graduação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) pelo ensino gratuito e de qualidade que me foi oferecido. À Jucileide, secretária do COHIS, pelo auxílio e apoio fundamentais durante a minha graduação. Aos professores que me transmitiram tantos conhecimentos, com destaque especial à minha orientadora, Rosa Maria Coutrim, pela confiança, suporte e paciência durante esse processo final do curso. Ao professor Marcelo Abreu, pelas oportunidades de trabalhos realizados em conjunto e por nunca permitir que eu duvidasse da minha capacidade.

Ao cursinho popular Humanista, à coordenação, aos colegas de profissão e aos alunos, pela confiança depositada em meu trabalho, pela oportunidade contribuir para o ingresso no ensino superior e por todos os ensinamentos compartilhados. Com vocês pude colocar meus conhecimentos em prática, vivenciar a experiência de uma sala de aula e vivenciar juntos os sonhos de cada um.

Agradeço a todos os professores que tive ao longo da minha trajetória até a graduação, que me ensinaram, apoiaram e incentivaram. Em especial, à Ana, Ana Carolina, Bia, Cris, Christie, Cotrim, Everaldo, Leandro, Mônica, Pastana, Roger e Rodrigão. Aos professores de história que foram exemplos e influenciaram minha escolha essa profissão: Paulo Ó (in memoriam), Nicolas e, principalmente, ao Tonhão, que influenciou a escolha pela UFOP.

Às famílias Kalil e Costa, por sempre estarem ao meu lado, compreendendo a distância e me mostrando que tenho sempre um lar para voltar e matar a saudade. À família Costa, os almoços de domingo sempre fizeram falta durante esse processo. Em especial, à minha avó Mariinha, às minhas tias Cris e Patrícia, e aos meus primos Bárbara, Felipe e Matheus. À Bárbara, obrigada por ser uma das minhas melhores amigas em todas as fases da minha vida. A infância foi muito mais feliz e especial por tê-la dividido com vocês. À família Kalil, agradeço principalmente à minha tia bisavó Dindinha, por ser minha avó de coração e por todo amor e zelo que sempre dedicou a mim. Aos meus tios, tia Jade e tio Cuncum, e ao meu primo Pedro, por terem voltado para minha vida e serem tão especiais, eu amo muito vocês.

É difícil encontrar palavras para expressar a gratidão àqueles que sempre estiveram presentes, cuidando, orientando e, mesmo em momentos de discordâncias, nunca permitindo que faltasse amor. Agradeço aos meus pais por lutarem para que eu tivesse sempre educação e acesso a um ensino de qualidade. Ao meu pai, Fausto Costa, por me dar condições de chegar aqui, me apoiar e compreender os caminhos que trilhei. À minha mãe, Janaina Kalil, por

nunca medir esforços para que eu realizasse meus sonhos, por me incentivar a ser feliz e pelas inúmeras vezes que me deu forças para continuar. À minha irmã, Julia Kalil, não há palavras suficientes para expressar minha gratidão. Você sempre me apoiou, orientou, ajudou e incentivou em todas as etapas da vida. Obrigada por ser minha melhor amiga e por me presentear com a confiança de ser a “Didi” da Lili, meu maior tesouro.

Acredito que lembrar e agradecer àqueles que já não estão entre nós é uma das formas de sempre manter essas pessoas vivas em nossas memórias e corações. Agradeço, portanto, à Ana Claudia Ferroni e ao Caio Sampaio. Gostaria que estivessem aqui para acompanhar essa fase e podendo viver a de vocês. Ao meu avô Fausto Costa, por todo amor e as paçocas compartilhadas, e que, infelizmente, não pode acompanhar essa minha trajetória da graduação até o final. Ao meu avô, Antônio Carlos, por ser meu exemplo de profissão, de avô, pai e amigo. Sua falta sempre foi sentida. A todos vocês, essa conquista é nossa!

Agradeço também àqueles que, embora não sejam da família de sangue, se tornaram parte essencial da minha vida. Sempre me ajudaram e apoiaram, que juntamente com a minha família me deram forças para chegar até aqui. Às pessoas de Guará, obrigada por nunca permitirem que a distância interferisse no carinho, amor e cuidado. Em especial, à Ana Vitória, Cidinha Veiga, Caroline Palandi, Eduardo Henrique, Isabella Sousa, Maria Eduarda Gomes, Raphaela Pasin e Victória Elissa. À minha psicóloga, Cláudia, que acompanhou toda essa trajetória, sempre me orientando e acolhendo, especialmente nos momentos mais difíceis.

Por fim, agradeço aos amigos que se tornaram família ao vir morar tão longe de casa. Em especial: Ana Terra, Camilla Pessoa, Giovanna Felix, Ivo Esteves, Levy Eduardo, Luisa Eduarda, Luisa Nobuyasu, Mariana Batista, Raissa Assinato, Raphael Michel, Ryan Dias, Sarah Araújo e Verônica Ferreira. Gostaria de agradecer também às repúblicas que se fizeram lar durante a minha graduação. À República Cubanos, por acompanhar toda a minha trajetória e estar presente em todos os momentos, sendo um colo seguro independente da situação. À República Éternamente, minha primeira casa em Ouro Preto, por me apresentarem tudo e me acolherem num momento tão difícil. À República Gaiola de Ouro, por todas as resenhas e dias compartilhados. E, por último, agradeço à República Querubim, onde encerro a minha trajetória com muito amor, apoio e cuidado. Obrigada a todos que fazem parte dessas casas, por transformá-las em lares, por todo amor e carinho, eu amo vocês. Agradeço à vida por ter nos unido!

*“Ensinar não é transferir conhecimento, mas
criar as possibilidades para a sua própria
produção ou construção”*

Paulo Freire

RESUMO

Considerando as desigualdades históricas no acesso ao ensino superior no Brasil, este artigo tem como objetivo analisar a contribuição dos cursinhos populares para a democratização desse acesso. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, examinando produções acadêmicas que investigam a trajetória histórica; as contribuições e os desafios enfrentados por essas iniciativas. Constatou-se que os cursinhos populares surgiram como resposta à elitização das universidades públicas, proporcionando suporte acadêmico e político para estudantes de baixa renda. No entanto, esses espaços enfrentam dificuldades estruturais, como falta de financiamento, evasão estudantil e ausência de políticas públicas que garantam sua continuidade. Além disso, o dilema entre a formação cidadã e a preparação técnica para os exames de seleção para as universidades se apresenta como um desafio pedagógico. Portanto, apesar de sua importância na luta pela equidade educacional, os cursinhos populares necessitam de maior reconhecimento institucional e investimentos que garantam sua sustentabilidade e impacto a longo prazo.

Palavras-chave: cursinhos populares, democratização do ensino superior, inclusão educacional, políticas para o Ensino Superior.

ABSTRACT

Considering the historical inequalities in access to higher education in Brazil, this article aims to analyze the contribution of popular preparatory courses to democratizing this access. To this end, a bibliographic research was conducted, examining academic works that investigate the historical trajectory, contributions, and challenges faced by these initiatives. It was found that popular preparatory courses emerged as a response to the elitization of public universities, providing academic and political support to low-income students. However, these spaces face structural difficulties, such as lack of funding, student dropout, and the absence of public policies ensuring their continuity. Additionally, the dilemma between civic education and technical preparation for university entrance exams presents itself as a pedagogical challenge. Therefore, despite their importance in the fight for educational equity, popular preparatory courses require greater institutional recognition and investments to ensure their sustainability and long-term impact.

Keywords: popular preparatory courses, democratization of higher education, educational inclusion, policies for higher education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. METODOLOGIA	12
3. DESENVOLVIMENTO	19
3.1. Da Construção do Ensino Superior no Brasil à Emergência dos Cursinhos Populares: Uma Trajetória Histórica e Educacional	19
3.2 Os cursinhos populares e a sua contribuição para ampliar as oportunidades educacionais das camadas populares	25
3.3 Entre a idealização e a realidade: desafios dos cursinhos populares no Brasil	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares no processo de transformação social. No entanto, no Brasil, a escolarização da população enfrenta diversos desafios estruturais, perpetuados em desigualdades históricas, que se refletem no baixo acesso ao ensino superior. Tais desafios aparecem em diversos planos governamentais, como na Meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca elevar o nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo. Apesar dos esforços, grandes problemas se mantêm historicamente como a desigualdade regional, socioeconômica e racial, que impedem um cenário mais equitativo para o acesso à educação superior. Conforme os dados do IBGE de 2024:

A Meta 8 do PNE tem como objetivo elevar o nível de instrução de jovens com idade de 18 a 29 anos para, no mínimo, 12 anos de estudo até 2024, reduzindo as desigualdades regionais, por cor ou raça, entre moradores de áreas urbanas e rurais e para as pessoas pertencentes aos 25% com menores rendimentos (situação de pobreza). Em 2023, a proporção de jovens dessa faixa etária que concluíram, no mínimo, 12 anos de estudo foi de 73,1%, ou seja, 5,6 pontos percentuais acima da mesma proporção medida em 2019, e 9,6 pontos percentuais a mais que a medida em 2016, mas ainda longe dos 100% almejados pela Meta 8. Houve redução das disparidades regionais, ainda que a Região Norte permanecesse com a menor proporção em 2023 (66,9%), e a Região Sudeste com a maior (78,5%). As maiores discrepâncias permanecem entre os residentes nas áreas rurais, onde cerca de metade dos jovens de 18 a 29 anos atingiram, no mínimo, 12 anos de estudo (53,9%), em comparação com aqueles residentes em áreas urbanas (75,7%) e entre os jovens pertencentes aos 25% da população com os menores rendimentos (53,6%), e aqueles do grupo de mais de 75% com os maiores rendimentos (91,6%). (IBGE, 2024, p.88)

Dessa forma, os dados evidenciam a necessidade de se garantir a conclusão da educação básica para que seja possível o acesso das populações das camadas populares às universidades. Contudo, apesar das barreiras sociais, econômicas e raciais enfrentadas, é possível observar um aumento gradativo no número de estudantes que conseguem superar os obstáculos e ingressar no ensino superior. Esse crescimento ocorre, principalmente, em consequência de políticas de ações afirmativas, como a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei das Cotas, e de iniciativas de grupos ativistas da sociedade civil como os cursinhos populares, os quais Groppo, Oliveira e Oliveira (2019) destacam:

[...] os cursinhos populares propõem outras práticas pedagógicas, adequadas a seus discentes, vindas/vindas das classes populares e das etnias marginalizadas, e buscam acoplar o pedagógico ao político, tanto pela formação da consciência crítica da juventude popular e negra quanto pelo fomento de lutas sociais. (Groppo, Oliveira e Oliveira, 2019, p.5).

Os trabalhos Niero (2023), Carvalho (2013), Castro (2012), entre outros, demonstram claramente que os cursinhos populares surgiram como resposta à necessidade de incluir as

camadas populares nas universidades, enfrentando as desigualdades socioeconômicas e raciais que permeiam esse processo. Além de ampliar as oportunidades educacionais, esses cursinhos desempenham um papel relevante na promoção de debates político e sociais entre os envolvidos. Assim, torna-se socialmente relevante aprofundar essa discussão sobre a atuação desses espaços, sua importância, contribuições e os desafios enfrentados. Ademais, é fundamental destacar que a continuidade e a permanência dessas iniciativas dependem de uma articulação conjunta entre a sociedade civil e as instituições educacionais, reforçando a necessidade de políticas que garantam sua sustentação e impacto a longo prazo.

Desse modo, o presente artigo tem como *objetivo geral* analisar o que as pesquisas acadêmicas revelam sobre a contribuição dos cursinhos populares para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Para atingir tal meta, foram propostos os seguintes *objetivos específicos*: Analisar o contexto educacional e político no qual os cursinhos populares surgiram; compreender como esses espaços contribuem para ampliar as oportunidades educacionais; investigar e os desafios ainda enfrentados por essas iniciativas. A partir de uma revisão bibliográfica, mapeou-se a literatura sobre o tema, destacando-se a relevância desses espaços na promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

A motivação acadêmica para investigar a atuação dos cursinhos populares esteve ancorada na compreensão do poder transformador da educação, um princípio amplamente defendido por Paulo Freire. Em sua obra *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (2022), Freire aborda de forma crítica e reflexiva as dinâmicas de ensino e aprendizagem, destacando que o processo educacional é contínuo e dialógico, ou seja, uma vida de mão dupla na qual se aprende ao ensinar e se ensina ao aprender. O autor enfatiza que a educação não se limita à transmissão de conhecimentos, mas também envolve a promoção da autonomia e da liberdade dos indivíduos, permitindo que eles se reconheçam como sujeitos ativos em suas trajetórias pessoais e sociais. Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como esses espaços aplicaram esses princípios freirianos, contribuindo para a democratização do acesso ao ensino superior e para a transformação social.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. (Freire, 2022, p.62).

Ao longo da minha graduação, compreendi que o aprendizado vai além dos muros escolares e que elementos externos, exercem uma influência significativa nesse processo. A

experiência prática de trabalhar em um cursinho popular me permitiu unir os conhecimentos adquiridos no processo de graduação, como por exemplo os ensinamentos de Freire.

Do ponto de vista acadêmico, esse trabalho contribui para a compreensão do fenômeno por meio de uma revisão bibliográfica. Portanto, ao mapear a literatura e articular diferentes estudos, possibilita o aprofundamento do conhecimento sobre o tema por pesquisadores das Ciências Humanas. Além disso, ao analisar os estudos selecionados, identificar temas recorrentes e apontar aspectos que demandam maior investigação, a pesquisa trouxe importantes aportes para a compreensão sobre a importância desses espaços na elaboração e implementação de políticas que visam a democratização do acesso ao ensino superior.

O artigo estrutura-se, além da introdução, em três partes. Na primeira descreve-se a metodologia de pesquisa adotada e a abordagem para análise dos textos selecionados. Em seguida são apresentados os resultados da pesquisa, organizados em três eixos temáticos principais identificados na literatura: o primeiro analisa o contexto educacional e político no qual os cursinhos surgiram, destacando as condições históricas e sociais que impulsionam sua criação; o segundo discute como esses espaços contribuem para ampliar as oportunidades educacionais, enfatizando seu papel na formação acadêmica e na formação cidadã dos estudantes; e o terceiro explora os desafios enfrentados por essas iniciativas, abordando questões como falta de recursos, a dependência de voluntários e a necessidade de políticas públicas que garantam sua sustentabilidade. Por fim, as considerações finais sintetizam os resultados da pesquisa, relacionando os três eixos temáticos e apresentando reflexões sobre a relevância dos cursinhos populares na promoção da equidade educacional, bem como sua contribuição para a transformação social e a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi de cunho qualitativo, de natureza exploratória e descritiva. Optou-se pela abordagem qualitativa por buscar compreender e interpretar as informações disponíveis sobre o tema, focando na análise do contexto e das relações apresentadas nas fontes bibliográficas. Este estudo foi exploratório na medida em que visou proporcionar uma melhor familiaridade com a temática trabalhada, que ainda carece de uma sistematicidade, buscando identificar os conceitos-chave e os principais eixos temáticos para fundamentar as discussões teóricas abordadas. Além disso, foi descritivo, uma vez que, descreveu as características, objetivos e métodos das fontes analisadas e os organizando-os para delimitar a problemática investigada (Gil, 2008).

Com base em procedimentos técnicos, conforme definido por Gil (2008), de modo geral o artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, pois a pesquisa foi construída a partir de fontes bibliográficas, como livros e artigos científicos. No entanto, por sua especificidade, se caracteriza como uma pesquisa de “Estado da Arte” em educação, conforme proposto por Romanowski e Ens (2006). Diferentemente de uma pesquisa bibliográfica básica, que busca reunir e analisar referências sobre um tema, o Estado da Arte tem como objetivo mapear, sistematizar e analisar criticamente as produções científicas mais recentes e relevantes sobre um assunto, identificando tendências, lacunas e perspectivas de investigação. No caso desse estudo, o foco recaiu sobre as produções acadêmicas que abordam os cursinhos populares, permitindo uma análise aprofundada das principais discussões e contribuições relacionadas ao papel dessas instituições na democratização do acesso ao ensino superior. Essa abordagem não apenas organizou o conhecimento existente, mas também ofereceu subsídios para reflexões críticas e propostas de avanços na área, destacando-se como uma ferramenta essencial para compreender o cenário atual e orientar futuras pesquisas.

A busca sistemática dos trabalhos acadêmicos foi realizada contemplando pesquisas publicadas entre os anos de 2006 a 2024 e por meio de portais eletrônicos, como Scielo Brasil e Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: “cursinhos”, “cursinhos populares”, “educação popular”, “cursos pré-universitários” e “cursos pré-vestibulares”.

Após a pesquisa bibliográfica inicial, foram selecionados e analisados 16 trabalhos considerados mais relevantes para a discussão do tema. Dentre eles, 13 correspondem a artigos científicos e acadêmicos, enquanto 3 são dissertações de mestrado. Após a seleção dos trabalhos, foi realizado um levantamento contendo informações como “ano e tipo de publicação”, “nome do autor e instituição”, “título da obra”, “objetivo principal” e “metodologia”. Essas informações foram organizadas no Quadro 1, apresentado abaixo, com o objetivo de delimitar os principais temas em comum e estruturar os eixos temáticos centrais deste estudo. A análise dos textos orientou-se por três eixos principais, que correspondem aos objetivos específicos da pesquisa: (1) o contexto educacional e político no qual os cursinhos populares surgiram; (2) a contribuição desses espaços para a ampliação das oportunidades educacionais; e (3) os desafios enfrentados por essas iniciativas. Esses eixos permitiram uma organização sistemática das discussões encontradas na literatura, oferecendo uma visão crítica e aprofundada sobre o tema.

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico sobre os Cursinhos Populares - 2024

Ano e tipo de publicação	Nome do autor e instituição	Título da Obra	Objetivo principal	Metodologia
2006 - Artigo acadêmico.	José Carmelo Braz de Carvalho - Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.	Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos.	Esboçar os perfis dos pré-vestibulandos e docentes dos cursinhos, investigar suas percepções sobre currículo, ensino-aprendizagem, avaliação e formação docente, analisar a parceria entre a PUC-Rio e os cursinhos comunitários, e propor alternativas para uma inclusão com qualidade.	Pesquisa quantitativa e qualitativa. Empregando dados estatísticos de 2 surveys (sendo eles, com pré-vestibulandos comunitários e com os docentes dos cursos pré-vestibulares comunitários) e realizando a análise da parceria entre a PUC-Rio e os cursos pré-vestibulares comunitários.
2006 - Artigo acadêmico	Eleny Mitrulis - Centro Universitário Monte Serrat e Sônia Teresinha de Souza Penin - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.	Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade	Analisar os programas de cursinhos populares como estratégias de inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, destacando a necessidade de unir aprendizado e socialização para promover a equidade, e não apenas a igualdade formal de oportunidades.	A pesquisa utiliza uma análise crítica e comparativa de programas como o Pró-Universitário da USP e outros cursinhos populares, observando o perfil socioeconômico dos participantes e os impactos educacionais e identitários gerados por essas iniciativas. A metodologia inclui a avaliação de dados sobre desempenho e permanência dos estudantes.
2007 - Artigo acadêmico	Dulce Helena Penna Soares, Edite Krawulski, Maria Sara de Lima Dias e Geruza T. D'Ávila - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.	Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular	Relatar uma atividade de orientação profissional realizada em um cursinho pré-vestibular popular, com o intuito de sensibilizar os alunos para o processo de escolha do curso superior, promover a expressão de sentimentos relacionados ao vestibular e ao cursinho, e favorecer a integração entre os estudantes.	A metodologia utilizada foi baseada no psicodrama e envolveu a criação de cartazes em atividades grupais, permitindo que os alunos expressassem suas emoções e expectativas em relação ao vestibular e ao cursinho, facilitando assim uma melhor compreensão de si mesmos e promovendo a integração do grupo.
2011 - Artigo	Geruza Tavares D'Ávila, Edite Krawulski, Nadia Rocha Veriguine e Dulce Helena Penna Soares - Universidade Federal de Santa Catarina,	Acesso ao ensino superior e o projeto de "ser alguém" para vestibulandos de um cursinho popular	Analisar como a entrada de estudantes em um cursinho pré-vestibular popular, associado a uma Universidade Federal, influencia seus projetos profissionais. A pesquisa busca compreender as implicações desse ingresso no planejamento e nas aspirações profissionais dos alunos, destacando as expectativas e as mudanças nas suas trajetórias	Pesquisa qualitativa, sendo caracterizada como um estudo de caso.

	Florianópolis, Brasil.		profissionais resultantes dessa experiência.	
2011 - Dissertação de mestrado em educação	Lajara Janaina Lopes Corrêa - Pontifícia Universidade Católica (PUC), Campinas, Brasil.	Cursinho popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras	Analisar as trajetórias de ex-alunos do cursinho pré-vestibular Herbert de Souza, em Campinas (SP), que ingressaram em universidades, com foco em identificar pontos que contribuíram para a longevidade escolar desses jovens, suas interpretações sobre suas experiências educacionais, e a contribuição da instituição para uma visão crítica do sistema escolar brasileiro e o engajamento em militância contra desigualdades.	A metodologia utilizada foi qualitativa, com pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas realizadas com sete ex-alunos do cursinho. A seleção dos entrevistados foi intencional, utilizando-se o critério de rede, onde os próprios entrevistados indicaram outros para serem entrevistados, criando uma "comunidade de argumentos". As análises focaram nas trajetórias escolares e nas influências internas e externas que moldaram o percurso educacional dos estudantes.
2012 - Artigo acadêmico	Thiago Ingrassia Pereira – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Leandro Raizer – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Université de Montréal e Mauro Meirelles – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).	A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares	Analisar a função dos cursinhos populares de Porto Alegre na inserção de grupos sociais tradicionalmente marginalizados do ensino superior, utilizando a interseção entre a Sociologia e a Pedagogia. A pesquisa busca identificar alternativas teóricas e práticas que possam contribuir para a criação de um ambiente educacional que promova o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, ao mesmo tempo em que assegura justiça social.	A metodologia pode ser classificada como qualitativa-descritiva com uma forte base em análise crítica e histórica. Revisando o histórico e as características dos cursinhos populares, com foco nas experiências em Porto Alegre. A análise é baseada em fontes bibliográficas e dados de campo sobre as iniciativas de cursinhos populares na região, detalhando sua evolução e os desafios enfrentados.

2012 Artigo científico	- Cloves Alexandre de Castro - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).	Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço.	O artigo visa articular a prática da educação popular no contexto dos movimentos sociais, posicionando-a como uma ação política que busca a libertação das classes oprimidas, com ênfase no movimento dos cursinhos populares e seu papel como um movimento coletivo e destacando a sua contribuição para o debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.	É realizada uma análise qualitativa e crítica da evolução histórica da educação popular, articulando as dinâmicas sociais e políticas envolvidas (incluindo a ditadura militar, o movimento estudantil e o papel da Igreja Católica através da teologia da libertação) e abordando as relações entre educação institucional e popular, fundamentada nas ideias de autores como Paulo Freire, Milton Santos e movimentos sociais brasileiros. Utiliza-se de referências bibliográficas e experiências práticas no campo da educação popular para sustentar suas reflexões.
2013 Dissertação de mestrado	- Daniela do Nascimento - Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da Unesp	Analisar como as políticas de extensão universitária, direcionadas ao acesso ao ensino superior, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), contribuem para a democratização do acesso no ensino superior público.	Utiliza a combinação de uma análise documental, para compreensão do contexto em que os cursinhos populares surgiram, juntamente com a sua relação com as políticas de extensão universitária. Além disso, foram feitos questionários com o objetivo de obter informações sobre o funcionamento, o perfil dos alunos e a estrutura de 33 cursinhos pré-vestibulares vinculados à UNESP. Realizando também uma análise quantitativa dos índices de aprovação, com o intuito de compreender o impacto desses cursos na democratização do acesso ao ensino superior público.
2013 artigo acadêmico	- Márcio F. de Carvalho - Universidade Federal de Viçosa (UFV)	A educação popular como princípio dos cursinhos populares	Discutir a formação oferecida pelos Cursinhos Populares, que é baseada nos princípios da Educação Popular, com o objetivo de fomentar a cidadania e a participação social. Além disso, o texto ressalta a relevância dos Cursinhos Populares como um movimento social, promovendo a criação de alunos que reflitam criticamente sobre o mundo em que estão inseridos.	Utiliza uma abordagem teórico-descritiva, apoiando-se em conceitos da Educação Popular, com referências a autores como Paulo Freire e Carlos Brandão. A metodologia envolve a análise crítica das práticas pedagógicas dos cursinhos populares e sua atuação enquanto movimentos sociais
2018 Artigo acadêmico	- Eduardo Vilar Bonaldi	Tentando “chegar lá”: as experiências	O principal objetivo do artigo é analisar os processos de socialização e escolarização desses jovens	A pesquisa é qualitativa e inclui entrevistas em profundidade com 26 estudantes de um cursinho

		de jovens em um cursinho popular	e como esses processos influenciam suas disposições para prolongar suas trajetórias escolares. Além disso, o estudo busca mostrar como essas disposições muitas vezes entram em descompasso com as exigências dos processos seletivos para o ensino superior público, dificultando o sucesso de muitos desses jovens.	popular da zona norte de São Paulo. Além disso, houve observação etnográfica das aulas e atividades realizadas no cursinho. A análise também incorpora dados socioeconômicos sobre as origens familiares e trajetórias educacionais desses estudantes.
2019 – Artigo	Luís Antonio Groppo, Ana Rosa Garcia de Oliveira e Fabiana Mara de Oliveira.	Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente.	Compreender os processos de formação política e docente de um núcleo da Rede Emancipa, composto por estudantes de uma universidade pública em Minas Gerais. Através de pesquisa bibliográfica e de campo, investiga como o núcleo equilibra a preparação para exames com sua função de promover a democratização da educação superior pública. Também destaca a importância do coletivo autogerido na formação docente dos estudantes e sua mobilização pela ampliação de direitos sociais.	Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (análise qualitativa). A pesquisa bibliográfica fundamentou a análise sobre os cursinhos populares no Brasil. Já a pesquisa de campo adotou uma abordagem qualitativa, concentrando-se no núcleo da Rede Emancipa (formado por estudantes de uma universidade pública mineira), envolvendo a coleta de dados empíricos.
2020 - Dissertação de mestrado	Marianna Di Giovanni Pinheiro Serrano - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.	Cursinhos populares no Brasil: experiência e educação popular na perspectiva da luta de classes	Investigar o campo dos cursinhos populares (CPs) no Brasil, compreendendo como eles se consolidam como movimentos sociais de caráter educativo. A autora examina a capacidade desses CPs de promover não só a preparação para o vestibular, mas também a formação crítica dos jovens da classe trabalhadora.	A pesquisa adota uma abordagem epistemológica marxista e crítica, fundamentada nos conceitos da educação libertadora de Paulo Freire. A autora utilizou uma combinação de métodos qualitativos, centrando-se em entrevistas realizadas com sete representantes de núcleos de cursinhos populares, todos membros da Frente de Cursinhos Populares de São Paulo (FCPSP). Essas entrevistas foram essenciais para compreender como a experiência vivida nesses cursinhos populares é usada como um material empírico que possibilita a construção de saberes, tanto individuais quanto coletivos. A metodologia buscou destacar as contradições entre o indivíduo e o coletivo, o contexto e o sistema,

				articulando-as com o papel dos CPs na luta por acesso ao ensino superior.
2021 - Artigo acadêmico	Eduardo José Pereira Maia - Doutor em Educação e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.	Cidadania nos Pré-vestibulares comunitários populares.	Compreender como os cursinhos pré-vestibulares comunitários irão abordar a questão da cidadania, pesquisando dois cursos na cidade do Rio de Janeiro, sendo eles, o Pré-Vestibular Samora Machel e o Pré-Vestibular do Núcleo Independente Comunitário de Alfabetização (NICA).	Pesquisa qualitativa, sendo caracterizada como um estudo de caso.
2023 - Artigo acadêmico	Leonardo Paes Niero - Universidade Federal de São Carlos	Cursinhos populares: problemática, histórico e atualidade para a educação popular de jovens e adultos	Traçar um panorama histórico e contextual sobre os cursinhos populares no Brasil, discutindo sua relação com a educação popular, em particular a educação de jovens e adultos (EJA). A intenção do autor é analisar como esses cursinhos surgiram em resposta às desigualdades educacionais e à exclusão social, especialmente após a pandemia de COVID-19. O texto faz uma ligação entre as trajetórias de expansão do ensino médio e superior no Brasil e o papel dos cursinhos na democratização do acesso ao ensino superior, focando na inclusão de jovens e adultos de setores populares marginalizados historicamente.	Baseia-se principalmente na análise de fontes secundárias. O autor desenvolve uma abordagem cronológica e comparativa entre o ensino formal (abrangendo ensino superior e ensino básico) e as experiências relacionadas aos cursinhos preparatórios para vestibulares. O trabalho aborda diversos contextos políticos e sociais, movimentos educacionais e organizações envolvidas com a criação desses cursinhos. A partir dessas análises, o autor avalia as implicações políticas e pedagógicas que emergem das experiências educativas fornecidas pelos cursinhos populares, especialmente em relação à educação crítica defendida por Paulo Freire.
2024 - Artigo acadêmico	Marina Dias Saraiva - Universidade Estadual de Campinas e Elaine Gomes Matheus Furlan - Universidade Federal de São Carlos.	Aprendizagem da docência nos Cursos Pré-Universitários Populares: o que dizem os egressos	Compreender a relevância da atuação nos cursos pré-universitários populares (CPUPs) para o aprendizado da docência, por meio da análise dos depoimentos de licenciados que atuaram como professores nesses cursinhos.	A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, a fim de compreender o contexto observado. Os dados coletados são predominantemente descritivos, retratando pessoas, eventos e situações, utilizando-se de entrevistas, depoimentos e questionários abertos como principais instrumentos de coleta de informações.
2024 - Artigo acadêmico	Hadassa Monteiro de Albuquerque Lucena	Formação docente em contexto não formal: a experiência nos cursinhos populares.	O estudo teve como objetivo investigar a relação entre a educação não formal, no contexto do ensino superior, e a formação de professores, com foco em analisar como as práticas educativas dos	A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando 21 entrevistas realizadas como principal instrumento para a coleta de dados.

			cursinhos populares contribuem para a formação de licenciandos.	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria (2024)

Após a seleção e análise detalhada dos 16 textos, 14 foram utilizados para embasar a discussão deste artigo. Sendo assim, trouxemos para a discussão 12 artigos e duas dissertações de mestrado. A partir da organização dos temas mais recorrentes, os três eixos temáticos definidos estruturam a análise: (1) a análise histórica e política do contexto educacional em que os cursinhos populares surgiram; (2) as oportunidades educacionais proporcionadas por essas instituições; e (3) os desafios enfrentados por essas iniciativas. Esses eixos, alinhados aos objetivos específicos do estudo, permitem uma abordagem crítica e sistemática das contribuições e limitações dos cursinhos populares na democratização do acesso ao ensino superior. A seguir, cada eixo será desenvolvido, com base nas perspectivas e debates identificados nas fontes selecionadas, priorizando aquelas que oferecem maior relevância para cada tema, de modo a proporcionar uma compreensão abrangente e atualizada do assunto.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Da Construção do Ensino Superior no Brasil à Emergência dos Cursinhos Populares: Análise histórica e política do acesso ao ensino superior no Brasil

Ao abordar o surgimento dos cursinhos populares no Brasil, é imprescindível considerar o contexto histórico educacional em que se inserem. No período compreendido entre a era colonial e o final do Império (1500-1889), conforme analisado por Niero (2023), o Brasil não contava com universidades, em contraste com outras nações da América Latina, onde instituições de ensino superior já estavam sendo fundadas desde 1538. Esse atraso na criação de universidades no território brasileiro evidencia a característica tardia do desenvolvimento educacional no país.

Ainda segundo Niero (2023), os primeiros cursos superiores brasileiros, embora ainda não houvesse a formação de universidades, foram estabelecidos apenas em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Diante do cenário em que a população brasileira era, em sua maioria, composta por indivíduos analfabetos ou com níveis de escolaridade muito baixos, o acesso à educação superior era destinado a uma parcela privilegiada da sociedade, contribuindo para a elitização desses cursos superiores.

Somente no início do século XX, de acordo com Niero (2023), é que emergem as primeiras universidades brasileiras, inaugurando um sistema nacional de ensino superior mais consolidado. Esse período foi marcado pela criação de diretrizes pedagógicas e políticas voltadas para a organização e expansão da educação no Brasil. Nesse sentido, a criação dos exames vestibulares representa um marco significativo. Mitrulis e Penin (2006) e Niero (2023), afirmam que a designação desses exames de ingresso se deu com a Reforma de Carlos Maximiliano em 1915 e que eles contribuíram para a perpetuação das desigualdades no acesso ao ensino superior, reforçando as barreiras enfrentadas pelas camadas populares. Mitrulis e Penin (2006), ressaltam ainda, que com o passar dos anos após a Reforma, o caráter seletivo voltado à formação de uma elite intelectual e dirigente no país, permanece acentuado.

A partir da década de 1930, o Brasil vivenciou profundas transformações impulsionadas pelo processo de industrialização, que reconfiguraram os contextos sociais, urbanos e industriais. Essas transformações tiveram reflexos significativos na área da educação, criando espaços de aprendizado que acompanharam as novas dinâmicas da sociedade contemporânea. Conforme dados trazidos por Niero (2023), um marco significativo nesse período foi a criação, em 1930, do Ministério da Educação, que teve como objetivo estruturar e coordenar a educação em nível nacional. Posteriormente, em 1961, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) possibilitou o aumento do número de candidatos ao ensino superior, alavancando o acesso a este nível de formação. Apesar disso, havia um grande número excedente de estudantes e as lutas do movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), se intensificaram na busca da democratização do acesso à educação em todos os níveis (Niero, 2023).

Niero (2023), ao analisar o percurso histórico da educação, destaca que em 1968, o regime militar implementou uma reforma universitária. Segundo o autor, a reforma atendeu principalmente os interesses do capital, uma vez que a prioridade era a formação de mão de obra especializada para as grandes empresas que chegavam ao país. Para isso, houve o fomento de cursos em universidades privadas.

O autor também destaca outro marco importante. Com as pressões populares dos anos de 1960 e 1970, foi publicado em 1971 o Decreto 68.908/1971, o qual buscou estabelecer o vestibular classificatório, que considerava a quantidade de vagas disponíveis, visando mitigar esse problema de excedentes que ocorria na época. Mas o mesmo também não atendia às demandas das camadas populares, uma vez que o acesso às universidades públicas permanecia elitizado. Assim, o estímulo ao crescimento das vagas nas universidades privadas

teve como objetivo diminuir a pressão das camadas populares e médias pelo diploma de ensino superior.

Consequentemente, desde a década de 1970, houve uma expansão nos cursos preparatórios com fins lucrativos, ou cursos comerciais, que surgiram como uma ferramenta para aumentar as aprovações nesses exames. Devido à natureza comercial dos cursos, suas mensalidades limitavam o acesso principalmente às classes média e alta, aprofundando as desigualdades sociais existentes. Os indivíduos com melhores condições financeiras tinham maiores chances de sucesso devido à qualidade superior da educação acessível a eles.

Dessa forma, é notável que, ao priorizar critérios meritocráticos, que não consideram as disparidades socioeconômicas e educacionais prévias, o sistema acaba por favorecer o ingresso das elites, que dispõem de recursos materiais, culturais e simbólicos para se destacarem nos processos seletivos. A expansão do mercado educacional consolida um ciclo de exclusão que reproduz e amplia as assimetrias sociais, limitando as oportunidades de ascensão educacional para grupos historicamente marginalizados. Niero (2023) afirma que:

A síntese para este primeiro ciclo de expansão do ensino superior pode ser apresentada como um momento de real aumento das matrículas e estruturação das universidades no Brasil, porém como um espaço pouco acessível aos setores populares, voltado à expansão do setor empresarial na área da educação (composto por faculdades isoladas em contraposição à estrutura universitária) e com um recorte racial muito forte, com uma quase totalidade de matriculados e egressos de brancos (Niero, 2023, p.35).

Esse recorte racial evidencia como a exclusão no ensino superior não se limitava às barreiras socioeconômicas, mas também reproduzia desigualdades históricas e estruturais, reforçando a marginalização da população negra e outros grupos racializados no acesso à educação superior. Nesse contexto, Darcy Ribeiro (1969) ressalta que a universidade latino-americana consolidou-se como um espaço de reprodução das desigualdades, no qual “o sistema contribui para que a estratificação social perpetue a estrutura de poder e, o que é mais grave, selecione os quadros superiores da intelectualidade e do professorado sobre a estreita base numérica de uma prévia seleção econômico-social.” (RIBEIRO, 1969, p. 138).

Em contraposição a esse modelo excludente, o autor formula a ideia da “universidade necessária”, que, antes de existir como fato, deveria existir como projeto político e cultural, “uma utopia no mundo das idéias” capaz de atuar “como uma força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente” (RIBEIRO, 1969, p. 168). Assim, para Ribeiro, a universidade não poderia permanecer voltada à reprodução de privilégios, mas deveria assumir um papel de agente de transformação da sociedade, comprometendo-se com a emancipação social e a integração das classes populares. Essa crítica antecipa, em muitos aspectos, as experiências

posteriores da educação popular e dos cursinhos comunitários, que buscam materializar na prática um ideal de democratização do acesso e de construção coletiva do saber.

Nesse sentido, a distinção entre a educação institucional e a educação popular tornou-se mais evidente em diversas pesquisas. Conforme Castro (2012), ao citar Saviani (2007), essa relação é explicada no contexto das mudanças históricas e sociais:

Saviani (2007) situa a origem da educação institucional no mesmo processo histórico da emergência da propriedade privada, do Estado e das cidades. Trata-se, portanto, de um marco nas relações sociais, pois, a partir de então, o papel do capital na constituição das sociedades e na vida dos indivíduos passa a ser cada vez mais presente, de modo que a sua posse é a expressão das diferenciações existentes entre as sociedades e no interior delas. (Castro, 2012, p.24).

Dessa forma, em contraposição à elitização do ensino superior brasileiro, os movimentos políticos e sociais já existentes se organizaram para atender à demanda das classes populares que completaram o ensino médio e buscavam acesso ao ensino superior. Neste contexto, surgiram os primeiros cursos sem fins lucrativos. Niero (2023) destaca que esses tinham distintas formas de se organizar e objetivos, além de enfatizar a diferença entre a educação institucionalizada e a educação popular. Segundo ele, as perspectivas não mercadológicas criadas nesses espaços, voltadas para as classes populares, podem tornar-se espaços inspirados pela educação popular, com uma formação crítica e alinhados à luta pela democratização do ensino superior.

Durante as décadas de 1970 e 1980, período da ditadura militar (1964-1985), esses movimentos influenciaram na luta pela democratização da educação, mas enfrentaram várias repressões. A institucionalização dos cursinhos populares é um tema que apresenta divergência entre os autores trazidos neste artigo, tanto em relação ao período de surgimento quanto à consolidação. Para Castro (2012), as primeiras iniciativas datam os anos de 1950, sendo influenciada por diversas experiências no campo da educação popular. Entre elas destacam-se as práticas do movimento estudantil, especialmente por meio do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPU/UNE) no período que antecedeu o golpe militar, assim como a atuação dos setores progressistas da Igreja Católica, como os teólogos da libertação e os militantes da Ação Popular (AP). Niero (2023) reforça essa perspectiva, da qual as primeiras iniciativas dos cursinhos populares começaram em 1950, mas menciona que foi a partir da iniciativa de estudantes inseridos na Universidade de São Paulo (USP), membros do Grêmio da Escola Politécnica de São Paulo, em 1950, e do Centro Acadêmico Antônio Salles Oliveira, de São Carlos, em 1957.

Por outro lado, Groppo, Oliveira e Oliveira (2019), destacam o pensamento de Whitaker (2010), no qual a origem dessas iniciativas deu-se no fim dos anos de 1980, realizado por grupos coletivos engajados em pautas sociopolíticas voltadas para a democratização do ensino superior. Já Pereira, Raizer e Meirelles (2012), datam o surgimento efetivo desses cursinhos no final da década de 1970, mas destacam que a experiência no Rio de Janeiro do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), na década de 1990, serviu de parâmetro para o surgimento de novas iniciativas, o que Niero (2023), também acrescenta como uma das experiências mais significativas do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978. Segundo os autores, esse cursinho trouxe debates importantes, como a exclusão do povo negro nas universidades. Serrano (2020), ao trazer o pensamento de Castro (2019), reforça essa última perspectiva ao afirmar que:

O Movimento constitui-se enquanto tal, somente a partir da década de 90, quando a inserção do movimento negro expande e pulveriza a fundação de inúmeras experiências de 28 cursinhos populares gratuitos ou a baixo custo, construindo redes e retomando, dentro do debate sobre o ensino superior, as pautas sobre o racismo e a defesa intransigente do direito à universidade pública à juventude negra (Castro, 2019, apud Serrano, 2020, p.28-29).

É notório que, na década de 1990, o cenário educacional brasileiro se alterou significativamente. A universalização da educação básica, impulsionada pela Constituição de 1988 e pelo avanço trazido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1966, foi fundamental para o aumento da escolaridade básica da população. Esse contexto, somado à expansão do número de universidades públicas e ao aumento expressivo de candidatos aos vestibulares, intensificou a competição e evidenciou ainda mais as dificuldades de acesso ao ensino superior para as populações de baixa renda. Como resposta, o número de cursos populares cresceu e ganhou maior relevância, participando juntamente com os movimentos que os organizavam como uma resposta direta às barreiras enfrentadas pelos estudantes de classes marginalizadas. Assim, enquanto alguns autores convergem ao apontar as décadas de 1950 e 1970 como períodos de surgimento dos primeiros cursinhos populares, outros divergem ao situar a consolidação e a expansão dessas iniciativas somente a partir dos anos de 1980 e 1990, evidenciando a complexidade e pluralidade desse processo histórico-educacional.

Com a virada do milênio, o Ministério da Educação (MEC) passou a criar diversas ações com o intuito de aumentar o acesso às universidades. Instituído pela Lei nº 10.260 em 2001, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), foi criado com o objetivo de garantir um financiamento para os estudantes de cursos superiores em instituições privadas. Já em 2004, o MEC também criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI),

visando oferecer bolsas de estudo, tanto integrais quanto parciais, em instituições particulares de educação superior para os estudantes brasileiros. Apesar desses feitos, Zago (2008), citado por D'Ávila, Krawulski, Veriguine e Soares (2011), pontua que a democratização do acesso ao ensino superior não se limita apenas ao acesso, mas também depende de políticas que garantam a permanência dos estudantes no sistema educacional. Além disso, as autoras também acrescentam que isso não muda o cenário da falta de vagas em instituições públicas e gratuitas.

Diante desse cenário, em 24 de abril de 2007, o governo brasileiro através do Decreto Presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva de Nº 6096, cria o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com o objetivo de: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.”(Brasil, 2007, s/p.), adotando assim uma série de medidas para que as universidades federais consigam oferecer mais vagas, mas que juntamente tenham condições de fazer uma expansão física, como também pedagógica e acadêmica, no intuito criar melhores condições para os estudantes, com o propósito de democratizar o acesso ao ensino superior, diminuindo as desigualdades sociais no país.

Apesar dessas ações afirmativas, a entrada dos estudantes na universidade, seja pública ou privada, mantinha-se pelo exame vestibular. A criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998, foi um grande marco na educação brasileira também, mas foi somente em 2009 que ele se consolidou como o principal mecanismo de ingresso nas universidades. Isso ocorreu principalmente com a criação do programa do Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹, programa realizado pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior, como aponta Niero (2023).

Seguindo a mesma linha dos autores aqui trazidos, Lucena (2024) ressalta o papel da Lei Nº 12.711, conhecida popularmente por Lei de Cotas:

¹ O Sistema de Seleção Unificada (SISU), implantado em 2010, foi criado com o objetivo de fomentar a inclusão de perfis discentes tradicionalmente excluídos do ensino superior público. Ao unificar o processo seletivo por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o SISU reduziu significativamente os custos de inscrição e de realização das seleções para diferentes instituições públicas de ensino superior. Essa redução de barreiras financeiras foi particularmente importante para estudantes de baixa renda, que antes enfrentavam dificuldades para participar de múltiplos vestibulares. Além disso, o SISU integra-se às políticas afirmativas, como as cotas raciais e sociais, ampliando as oportunidades de acesso para grupos historicamente marginalizados. Conforme Bonaldi (2018), essa unificação foi essencial para democratizar o acesso ao ensino superior, tornando-o mais inclusivo e equitativo.

Outra importante medida para efetivamente democratizar o acesso ao ensino superior público foi a aprovação da Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, a qual estabelece a reserva de pelo menos 50% das vagas por curso e turno para alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. (Lucena, 2024, p.4)

Segundo a Lei de Cotas, nos 50% das vagas reservadas para cotistas, há subcotas para estudantes de baixa renda e para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (Brasil, 2012). Apesar de tais medidas, ao trazer dados do censo da educação superior do país anunciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que a maioria das universidades presentes no Brasil que ofertam cursos de nível superior são de caráter privado, demonstrando que o acesso das camadas populares ao ensino superior ainda é realizado, em sua maioria, de forma privada.

É possível constatar, a partir da discussão trazida neste tópico, que ao longo de sua história, o país expandiu o acesso às universidades, fruto das pressões populares e do mercado de trabalho e educacional. Tal transformação exigiu adaptações dos cursos pré-vestibulares e, entre eles, os cursinhos populares, que passaram a incorporar as novas demandas do ENEM e seus critérios de seleção mais abrangentes.

3.2 Os cursinhos populares e a sua contribuição para ampliar as oportunidades educacionais das camadas populares

Conforme já mencionado, os cursinhos populares têm sido uma alternativa para ampliar as oportunidades educacionais no Brasil, principalmente para jovens e adultos de baixa renda que buscam ingressar no ensino superior. Segundo Bonaldi (2018) e Carvalho (2006), a expansão do ensino médio, aliada à criação de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), contribuiu para aumentar a inclusão no ensino superior. No entanto, essas iniciativas não foram suficientes para eliminar as barreiras que dificultam o acesso às universidades públicas, enfrentadas pelos estudantes das classes populares, evidenciando a persistência da desigualdade educacional.

Essa realidade é reforçada pela análise de Pereira, Raizer e Meirelles (2012), ao apontarem que a lógica dos vestibulares muitas vezes se baseia em conteúdos que não são abordados de forma igualitária na educação pública, reforçando um ciclo de exclusão educacional. É nesse contexto que os cursinhos populares emergiram como uma resposta à seletividade do ensino superior, o qual historicamente tem privilegiado grupos com maior acesso a recursos educacionais de qualidade. Além disso, a complexidade das desigualdades educacionais no Brasil também é evidenciada pela diversidade dos alunos presentes nesses

cursinhos. Como ressalta Maia (2021), eles atendem desde jovens recém-formados no ensino médio até adultos que estão retomando os estudos após anos afastados da escola, oferecendo, assim, uma segunda chance de acesso à educação superior.

Diante disso, a atuação desses cursinhos não se restringe ao conteúdo acadêmico tradicional, mas envolve uma formação política e cidadã, ao promoverem o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, também refletem a concepção freiriana de educação como prática da liberdade. Conforme destaca Lucena (2024), os cursinhos populares se aproximam da corrente da educação popular, pois promovem uma práxis docente crítica, que estimula a reflexão e a construção de uma visão transformadora da sociedade. Nesse contexto, esses espaços oferecem suporte acadêmico e político, promovendo não apenas a preparação para exames como o vestibular e o ENEM, mas também possibilitando a retomada dos estudos para aqueles que não concluíram a educação básica. Além disso, ao se conectarem com princípios da educação popular, esses cursinhos desempenham um papel fundamental na democratização do ensino, proporcionando um ambiente de aprendizado que valoriza a trajetória e a realidade dos estudantes.

Para Pereira, Raizer e Meirelles (2012), o acesso à universidade pública ainda é um privilégio de poucos, uma vez que muitos jovens de baixa renda não dispõem dos recursos educacionais, familiares e emocionais necessários para superar as barreiras impostas pelo vestibular e pelo ensino superior de modo geral. Essa análise dialoga com a visão de Castro (2012), que destaca a importância da educação popular e dos movimentos sociais na luta pela democratização da universidade. Segundo o autor, os cursinhos populares são mais do que um meio de acesso ao ensino superior; são espaços de resistência e emancipação, alinhados à concepção freiriana de educação como prática da liberdade. Essa proposta se materializa ao não se limitarem à preparação dos alunos para os exames seletivos, mas também ao promoverem debates políticos, sociais e históricos que contribuem para a formação cidadã, reforçando o papel transformador dessas iniciativas. Nesse sentido, como destacam Pereira, Raizer e Meirelles (2012), esses cursos não apenas preparam para o vestibular, mas também ajudam a construir uma sociedade mais justa, na qual o acesso ao ensino superior não seja um privilégio de poucos.

Portanto, os cursinhos populares exemplificam como a educação pode ser um instrumento de transformação social, alinhando-se a uma pedagogia libertadora que, como apontam Maia (2021) e Carvalho (2013), incentiva os estudantes a compreenderem sua posição na sociedade e a lutarem por seus direitos. Essa perspectiva se fundamenta no

conceito freiriano de “educação como prática de liberdade” (Freire, 1996), que defende um ensino crítico e emancipatório. Freire (1987) reforça essa ideia ao afirmar que a educação deve proporcionar uma leitura crítica do mundo, capacitando os indivíduos a compreenderem as estruturas sociais que limitam seu desenvolvimento e, assim, atuarem para transformá-las.

Os Cursinhos Populares buscam em sua prática cotidiana extrapolar o âmbito do ensino preparatório para o vestibular, buscam uma pedagogia libertadora, que dê visibilidade a classe popular, como sujeitos históricos, politicamente ativos no processo de transformação social, buscando renovar o ensino num processo de luta pela democratização da educação e direitos de todos, na busca pela universalização do acesso ao Ensino Superior, visto que, as formas de acesso ainda são excludentes e elitistas (Carvalho, 2013, p.77).

Dessa forma, além de oferecer suporte acadêmico, esses espaços se caracterizam como movimentos sociais que desafiam a elitização das universidades. Segundo Castro (2012), os cursinhos populares resultam da articulação entre o movimento estudantil e os movimentos sociais, sendo um espaço de luta pela democratização do acesso à universidade e pela melhoria das condições de vida das populações marginalizadas, colocando a luta pela democratização da educação superior na agenda política brasileira. Isso reflete diretamente nos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na educação como um dos princípios fundamentais da política educacional do país.

Niero (2023) reforça esse pensamento ao afirmar que os cursinhos populares são mais do que uma simples preparação para provas; eles representam um movimento social que busca equidade e inclusão por meio da educação, promovendo a valorização dos estudantes e sua formação crítica sobre a realidade em que vivem. Assim, os cursinhos surgiram em resposta às desigualdades no acesso à educação e se estruturaram como espaços de formação que vão além da simples preparação para exames, envolvendo também um compromisso com a educação cidadã (Maia, 2021).

Em consonância, Carvalho (2013), traz a narrativa de que “cursinhos buscam uma educação que proporcione à classe trabalhadora um saber que seja instrumento de luta, para que estes estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, ativos, reflexivos e capazes de transformar sua realidade”. Além de buscarem “a construção de uma relação dialógica entre conhecimento científico e popular, enfatizando a valorização dos saberes populares e das culturas locais, regionais e valorizando a história de cada povo” (Carvalho, 2013, p.74).

Tal perspectiva também é abordada por Groppo, Oliveira e Oliveira (2019) que salientam o papel dos cursinhos populares em ajudarem os estudantes a entender as dificuldades de ingresso no ensino superior, levando muitos a reavaliar seus planos e buscar

alternativas, como IES privadas, cursos menos concorridos em IES públicas ou bolsas do ProUni. A orientação profissional nesses cursos pode auxiliar na adequação das aspirações dos alunos às suas condições reais.

Não se deve esquecer que os cursinhos populares também podem ser usados como instrumento de acesso a cursos superiores de IES privadas, bem como a carreiras e IES públicas de menor prestígio e ainda a bolsas via Programa Universidade para Todos (Prouni). Parte importante da evasão ou da frequência instável da disciplina parece explicar-se pela clarificação que esses cursinhos promovem. As/os estudantes passam a compreender logo as reais dificuldades de se ter acesso ao curso ou à IES inicialmente desejados. Isso não necessariamente os leva a desistirem da educação superior, porque, muitas vezes, reavaliam seus projetos e buscam IES privadas ou até mesmo cursos de menor concorrência em IES públicas. A defesa da adoção geral nos cursinhos populares de orientação profissional e educacional também é justificada pelo fato de poder apresentar de modo mais metódico essas alternativas às/aos discentes, ou seja, para “ajudar os alunos a ajustarem seus níveis de aspiração às suas condições reais”. (Groppo, Oliveira, Oliveira, 2019, p.9).

Em muitos casos, esses espaços são vinculados a universidades públicas, ampliando ainda mais seu impacto social. D’Ávila et al. (2011) mostram que, ao estarem inseridos em universidades federais, os cursinhos populares oferecem aos estudantes um primeiro contato com o ambiente acadêmico, facilitando sua adaptação ao ensino superior e fortalecendo sua identidade estudantil. No mesmo contexto, Bonaldi (2018), demonstra que os cursinhos populares transformam a percepção dos jovens sobre a universidade e seu próprio potencial acadêmico.

Os cursinhos populares também se diferenciam das abordagens tradicionais de ensino por adotarem metodologias ativas e participativas, promovendo uma aprendizagem que vai além da simples memorização de conteúdo. Como apontam Pereira, Raizer e Meirelles (2012), essas iniciativas adotam metodologias ativas e participativas, incentivando os alunos a se tornarem protagonistas de sua aprendizagem e a desenvolverem um pensamento crítico sobre sua realidade. Essa perspectiva está em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que enfatiza a necessidade de formar cidadãos críticos, autônomos e socialmente engajados. A BNCC propõe um ensino voltado para o desenvolvimento de competências socioemocionais e cognitivas, incentivando a resolução de problemas e a construção ativa do conhecimento. Assim, os cursinhos populares não apenas preparam os estudantes para exames seletivos, mas também contribuem para sua formação integral, alinhando-se ao princípio de educação emancipatória defendido na BNCC.

A proposta da BNCC (2018) está centrada teoricamente em autores que discutem a importância da autonomia e da reflexão dos estudantes sobre sua realidade e tais disposições são estimuladas nos cursinhos populares. Além de Freire, outros autores como Gramsci (1978) e Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), por exemplo, estão na base da

proposta ao trazerem para a reflexão o papel da escola na sociedade capitalista. Os autores discutem como a educação tradicional reproduz as desigualdades sociais por meio da "violência simbólica". Segundo eles, a escola tende a perpetuar os valores e a cultura das classes dominantes, dificultando o acesso e a permanência dos grupos menos favorecidos nas universidades. Nesse sentido, os cursinhos populares atuam na contramão dessa lógica elitista, pois buscam fornecer não apenas o conhecimento necessário para a aprovação no ensino superior, mas também uma formação crítica que permita aos estudantes questionar e transformar as estruturas que historicamente os excluíram.

Bell Hooks (2013), ao tratar da educação como prática da liberdade, reforça essa ideia ao afirmar que a sala de aula deve ser um espaço de transformação e resistência. Para ela, a educação popular e emancipatória rompe com a passividade imposta pelo ensino tradicional e possibilita que grupos marginalizados desenvolvam uma voz ativa na sociedade. Nos cursinhos populares, essa abordagem se manifesta na valorização da cultura dos alunos, na promoção do pensamento crítico e na conexão entre os conteúdos acadêmicos e as realidades sociais dos estudantes.

Outro ponto a ser ressaltado é que, além de garantir a entrada na universidade, esses cursos também promovem ações para apoiar a permanência dos estudantes no ensino superior. Segundo Carvalho (2006), algumas universidades firmaram parcerias com cursinhos comunitários para oferecer bolsas permanência e apoio acadêmico aos alunos aprovados, garantindo que a inclusão não seja apenas quantitativa, mas também qualitativa.

Carvalho (2006) reforça essa ideia ao demonstrar que os cursinhos populares não apenas possibilitam o ingresso de estudantes de camadas populares nas universidades, mas também fortalecem sua identidade e autoestima ao longo do processo. A luta por uma educação democrática, defendida nesses espaços, vai ao encontro da concepção de Freire (1987, p. 42), segundo a qual a educação precisa ser um ato de coragem e esperança, no qual os indivíduos reconhecem sua capacidade de intervir na sociedade.

Há inúmeros exemplos de cursinhos populares que promovem a emancipação além do ingresso na universidade, como o Programa Pró-Universitário, que desempenhou um papel essencial na ampliação das perspectivas dos alunos oferecendo novas formas de se relacionar com o conhecimento e promovendo um aprendizado contextualizado e significativo (Mitrulis; Penin, 2006). Os depoimentos dos estudantes evidenciam o impacto positivo da experiência, que não apenas aumentou o interesse por disciplinas antes consideradas difíceis, mas também fortaleceu a autoconfiança e desmistificou a ideia de que alunos de escolas públicas possuem

um destino limitado em relação ao ensino superior. Além disso, os monitores, muitos deles também egressos da escola pública, foram vistos como referências, exemplificando trajetórias possíveis de ascensão social e acadêmica, o que contribuiu para elevar o nível de aspiração dos participantes e incentivá-los a se organizar para alcançar seus objetivos.

Outro aspecto relevante do programa foi o estímulo à cultura e à formação crítica dos alunos, preenchendo lacunas deixadas pelo ensino médio regular. Além de auxiliar no entendimento dos conteúdos acadêmicos, os monitores desempenharam um papel fundamental ao fornecer informações sobre vestibulares, bolsas de estudo e oportunidades educacionais, que antes eram pouco acessíveis aos estudantes (Mitrulis; Penin, 2006). Essa orientação ampliou a visão dos jovens sobre seu futuro, incentivando-os a planejar suas carreiras e buscar novos horizontes. Além disso, a participação em atividades culturais, como visitas a teatros, cinemas e eventos literários, despertou nos alunos um olhar mais crítico e atento para as oportunidades da sociedade, enriquecendo sua formação além dos limites da sala de aula.

O acesso aos bens e serviços depende do lugar geográfico e o lugar social da pessoa. O entendimento dessas relações de pertencimento à determinados espaços ou mesmo a noção de que se pode ter aqueles espaços antes dados como impossíveis para parte da população, como a universidade, é uma das lutas que os pré-vestibulares sociais travam (Maia, 2021, p. 11).

Desse modo, os cursinhos populares se consolidam não apenas como alternativas educacionais, mas como verdadeiros espaços de resistência e transformação social. Ao articular metodologias ativas e participativas com a valorização da cultura e da experiência de vida dos estudantes, eles promovem uma formação integral que vai além da lógica escolar tradicional. Como observa Freire (1987), a educação emancipatória só se realiza quando possibilita aos sujeitos compreender criticamente sua realidade e intervir nela; nesse sentido, os cursinhos materializam essa concepção ao integrarem ensino, cultura e engajamento político.

Essa perspectiva também dialoga com as críticas de Darcy Ribeiro (1969), que já apontava como a escola brasileira, em sua forma tradicional, tendia a servir à reprodução das desigualdades ao privilegiar apenas uma minoria e excluir amplos setores da população. Para Ribeiro, somente uma educação vinculada às lutas sociais e orientada pela cultura popular poderia cumprir um papel emancipador. Nessa chave, os cursinhos populares assumem a função de uma educação popular contra-hegemônica, que rompe com currículos padronizados e relações pedagógicas verticalizadas, criando ambientes onde professores e estudantes

compartilham experiências, constroem saberes coletivamente e fortalecem o sentimento de pertencimento.

Mais do que preparar tecnicamente para exames, eles oferecem uma potência transformadora superior à da escola tradicional: enquanto esta tende a produzir sujeitos adaptados ao sistema, a educação popular engendra sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir em sua realidade. Assim, em lugar de uma formação voltada apenas para o desempenho, os cursinhos reafirmam a educação como direito e como projeto coletivo de democratização social. Essa dimensão crítica abre caminho para compreender que sua atuação não se limita ao acesso à universidade, mas se estende também a outras frentes fundamentais, como a permanência estudantil e a orientação profissional.

Nesse horizonte, à orientação profissional oferecida nesses cursos, é um ponto relevante. Como destacam Soares et al. (2007, p. 746), os cursinhos populares não apenas preparam os estudantes para as provas, mas também ajudam na definição de trajetórias profissionais, ampliando a consciência sobre o mercado de trabalho e as possibilidades dentro da universidade.

Além disso, esses espaços são importantes tanto para os estudantes quanto para os professores em formação e que atuam como docentes. Em sua pesquisa sobre cursinhos populares, Lucena (2024) destaca que os licenciandos que atuam nesses cursos têm a oportunidade de experimentar metodologias alternativas e desenvolver uma prática pedagógica mais voltada para a justiça social. Pereira, Raizer e Meirelles (2012) ampliam essa concepção ao abordarem a pluralidade de motivos e diferenças dos colaboradores dos cursinhos, enfatizando que nem todos estão alinhados com os ideais de democratizar o acesso ao ensino superior ou com a luta por uma sociedade mais justa, que:

[...]se destacam os professores que visam apenas experiência em sala de aula e aqueles que, mesmo sendo apenas uma ajuda de custo, realizam o trabalho, diante da falta de outras oportunidades, com o objetivo de auferir algum retorno em termos de dinheiro ou até de vale-transporte (Pereira, Raizer e Meirelles, 2012, p. 89).

A formação docente no Brasil tem priorizado o desenvolvimento de competências que vão além da lógica mercadológica, buscando uma educação crítica e transformadora. Embora o conceito de competência seja frequentemente associado à empregabilidade e adaptação ao mercado (Drewinski, 2009 apud Lucena, 2024), na formação de professores, ele se amplia para incluir aspectos como a construção do conhecimento e a promoção de uma prática pedagógica reflexiva. A estrutura curricular atual se baseia em três eixos fundamentais:

conhecimento profissional, que envolve o domínio e a transposição didática do conteúdo; prática profissional, relacionada ao planejamento e execução do ensino; e engajamento profissional, que reforça o compromisso do professor com sua formação contínua e sua atuação na comunidade escolar (Ministério da Educação, 2019).

Esse modelo educacional está alinhado com diretrizes globais, como a Agenda 2030 da ONU, e busca preparar os professores para os desafios de uma sociedade em constante transformação (Conselho Nacional de Educação, 2019). Além do domínio de conteúdos, a formação docente deve levar em conta os contextos socioculturais dos alunos, promovendo um ensino que favoreça tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional. Dessa forma, a educação se consolida como um instrumento essencial para a inclusão social, incentivando práticas pedagógicas que consideram a diversidade e as necessidades dos estudantes, fortalecendo o papel do professor como agente de transformação.

Concluindo, os cursinhos populares exemplificam a visão de Freire sobre a educação como um ato político e transformador, que não apenas transmite conhecimentos, mas também forma indivíduos críticos e participativos. Ao garantir que o ensino superior não seja um privilégio de poucos, essas iniciativas contribuem para um projeto educacional mais inclusivo e alinhado aos princípios de justiça social e equidade.

3.3 Entre a idealização e a realidade: desafios dos cursinhos populares no Brasil

Apesar de sua relevância social, esses cursinhos enfrentam desafios que limitam seu impacto na democratização do ensino superior. A seletividade das universidades públicas continua sendo um obstáculo para os alunos. Conforme já mencionado, embora as políticas de cotas tenham ampliado as oportunidades, o número de vagas ainda é insuficiente para atender à demanda dos estudantes das camadas populares (D'Ávila et al., 2011). Isso faz com que muitos alunos precisem buscar alternativas no ensino superior privado, geralmente por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) (Carvalho, 2006).

Outro desafio enfrentado por esses cursos é a evasão estudantil. Seja a evasão do ensino médio, a evasão dos cursinhos ao longo do ano e até mesmo da universidade. Muitos alunos não conseguem concluir a preparação devido a dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo ou mesmo desmotivação causada pelo reconhecimento das barreiras para o ingresso na universidade (Bonaldi, 2018).

A falta de suporte financeiro, como auxílio-transporte e alimentação, compromete a permanência desses estudantes nos cursinhos (D'Ávila et al., 2011). O mesmo é abordado por Mitrulis e Penin (2006), ao citarem Bonfim (2003), que salienta:

[...] qualquer episódio inesperado provoca desestruturação, inviabilizando a permanência: doença e/ou morte na família, desemprego, separação, falta de recursos financeiros que garantam a locomoção. (Bonfim, 2003, apud Mitrulis; Penin, 2006, p.288).

Contudo, um grande obstáculo a ser superado é a chegada ao cursinho. Está justamente na conclusão da educação básica. Os dados apresentados na Figura 1 refletem as taxas de reprovação, abandono e aprovação no ensino médio em 2023. Observa-se que a reprovação é mais alta no primeiro ano (7,5%) e diminui progressivamente até o terceiro ano (2,8%), o que pode indicar que a adaptação ao ensino médio representa um desafio inicial para muitos estudantes. Da mesma forma, as taxas de abandono seguem um padrão semelhante, começando em 3,6% no primeiro ano e reduzindo para 2,7% no terceiro. Por outro lado, a taxa de aprovação cresce ao longo dos anos, chegando a 94,5% no último ano.

Esses dados dialogam com a análise de Niero (2023), que aponta que as desigualdades no acesso e na permanência na educação básica impactam diretamente as oportunidades de ingresso no ensino superior. A evasão e a reprovação no ensino médio são fatores que contribuem para o baixo número de estudantes de baixa renda que conseguem acessar universidades públicas, tornando iniciativas como os cursinhos populares ainda mais relevantes para a democratização do ensino. Além disso, D'Ávila et al. (2011) ressaltam que dificuldades estruturais e socioeconômicas, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, podem levar ao abandono escolar, afetando o futuro acadêmico e profissional desses jovens.

Figura 1- Taxas de reprovação, abandono e aprovação no ensino médio brasileiro (2023)

Ensino médio

	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	7,5% sem dados	3,6% sem dados	88,9% sem dados
2º ano EM	5% sem dados	3,4% sem dados	91,6% sem dados
3º ano EM	2,8% sem dados	2,7% sem dados	94,5% sem dados

Fonte: Brasil (2024)

Os índices apresentados na imagem não apenas evidenciam os desafios enfrentados pelos estudantes que chegam ao Ensino Médio, pois muitos nem concluem o Ensino Fundamental, mas também destacam a necessidade de políticas públicas que garantam suporte adequado para reduzir a evasão escolar e promover maior equidade no acesso ao ensino superior.

Um dos fatores que limitam o impacto dos cursinhos populares é justamente a ausência de políticas públicas voltadas para sua institucionalização. Por não integrarem o sistema formal de ensino, esses cursos não recebem financiamento direto do governo, dependendo de parcerias com universidades, ONGs e doações de voluntários (Carvalho, 2006). Além disso, sua condição de espaços para-escolares, ou seja, não oficialmente reconhecidos pelos sistemas formais de ensino (Nascimento, 2013), gera dificuldades tanto na captação de recursos quanto na garantia de continuidade dos projetos. Essa falta de apoio estrutural compromete a capacidade dessas iniciativas de atender às demandas educacionais das camadas mais vulneráveis da população.

Essa marginalização impacta diretamente a qualidade e a sustentabilidade das atividades. Como aponta Maia (2021), muitos cursinhos populares funcionam sem apoio governamental, dependendo exclusivamente do trabalho voluntário de professores universitários e ex-alunos. Em muitos casos, os cursos não dispõem de materiais didáticos adequados, espaços físicos apropriados ou acesso a tecnologias essenciais, o que compromete o aprendizado dos alunos e limita o alcance de suas potencialidades. A falta de reconhecimento institucional também é um desafio significativo, uma vez que, apesar de seu

papel crucial na democratização do ensino, esses cursos ainda não estão plenamente integrados à política educacional brasileira (Niero, 2023).

A busca por financiamento torna-se, portanto, um dos maiores desafios para essas iniciativas. Sem apoio governamental, muitos cursinhos populares dependem de doações e trabalho voluntário, o que coloca sua existência em risco a longo prazo (Maia, 2021). A criação de políticas públicas que garantam a manutenção e o fortalecimento desses projetos é essencial para ampliar seu impacto na democratização do ensino. A institucionalização desses espaços não apenas asseguraria sua continuidade, mas também potencializaria seu papel como agentes de transformação social e educacional, permitindo que superem as limitações estruturais e alcancem um número maior de estudantes.

A pesquisa de Soares et al. (2007) evidencia os desafios enfrentados pelos estudantes de cursinhos populares, destacando a pressão emocional e as dificuldades socioeconômicas na trajetória rumo ao ensino superior. Um dos principais é o impacto psicológico da preparação para o Enem, que pode gerar estresse, ansiedade e até baixa autoestima, principalmente entre aqueles que já enfrentaram reprovações. Como afirmam Soares et al (2007) o medo da reprovação pode alterar significativamente o comportamento dos candidatos, sobretudo dos jovens que se preparam para a entrada no mundo adulto através desse exame. Além disso, a indecisão quanto à escolha profissional também é um fator recorrente, demonstrando a necessidade de orientação vocacional para ajudar os estudantes a definir seus caminhos acadêmicos e profissionais com maior segurança.

A orientação profissional dentro desses cursinhos também é um ponto de debate. Muitos estudantes, ao perceberem as dificuldades de ingresso nos cursos mais concorridos, optam por alternativas em universidades privadas ou cursos menos disputados em instituições públicas (D'Ávila et al., 2007). Essa reorientação pode ser útil, mas também reflete a permanência de desigualdades no acesso ao ensino superior.

A experiência nos cursinhos populares vai além da preparação acadêmica e contribui para a construção da identidade dos alunos. Para muitos, o ingresso no curso representa uma oportunidade de transformação social e um passo em direção a um projeto de vida mais promissor (D'Ávila et al., 2011). No entanto, as dificuldades estruturais podem desmotivar esses estudantes antes mesmo de chegarem à universidade. Mitrulis e Penin (2006) complementam reforçando a importância dos cursinhos em fazer os alunos compreenderem que o acesso à universidade é possível:

sobre o valor da confiança na capacidade dos alunos revelam, por sua vez, o peso que as representações de si mesmos e dos professores têm sobre as opções e os

comportamentos desses jovens. Indicam que a dimensão cognitiva do processo educativo deve estar integrada à dimensão afetiva e à abertura cultural se se quer eliminar estigmas sociais e estereótipos e contribuir para o empoderamento educacional e político-social desses jovens (Mitrulis; Penin, 2006, p. 290).

A concorrência acirrada e a lógica neoliberal do mercado de trabalho aumentam a pressão sobre os estudantes, que questionam se vale a pena investir tanto esforço diante da incerteza de estabilidade profissional. Além disso, as condições adversas, como a necessidade de conciliar trabalho e estudo, restringem o tempo disponível para dedicação aos estudos, o que leva a uma sobrecarga emocional e, muitas vezes, ao abandono dos cursinhos (Soares et al., 2007).

A articulação com universidades públicas poderia fortalecer os cursinhos populares, garantindo maior suporte acadêmico e pedagógico. Algumas universidades já possuem programas de extensão voltados para esses cursos, mas essas iniciativas ainda são limitadas e não abrangem todos os estudantes que necessitam desse apoio (Maia, 2021).

A formação dos professores voluntários constitui outro desafio enfrentado pelos cursinhos populares. Como aponta Lucena (2024), muitos docentes que atuam nesses cursinhos estão em processo de formação e nem sempre possuem experiência suficiente para lidar com a diversidade dos estudantes e suas dificuldades específicas. Apesar disso, esses cursos são uma oportunidade para que os futuros professores desenvolvam metodologias pedagógicas mais inclusivas e alinhadas com os princípios da educação popular.

Além disso, Groppo et al (2019) destacam ao trazer a entrevista dos voluntários que atuam nesses espaços relataram a diferença entre a teoria educacional idealizada e a realidade das escolas públicas, o que, em alguns casos, levou a frustrações e reavaliações de suas perspectivas sobre a docência. O equilíbrio entre o compromisso com a transformação social e a necessidade de fornecer uma preparação eficiente para o ingresso no ensino superior também representa um dilema constante, pois os cursinhos precisam atender tanto a demandas acadêmicas quanto a questões estruturais e políticas relacionadas à democratização do ensino superior.

Os cursinhos populares não são apenas espaços de preparação para exames, mas também promovem debates sobre cidadania e direitos sociais. No entanto, essa abordagem nem sempre é bem compreendida por todos os alunos, que muitas vezes esperam apenas uma formação tradicional voltada para os conteúdos dos processos seletivos (Maia, 2021). Isso gera um dilema entre manter o compromisso com a educação crítica e atender às expectativas pragmáticas dos estudantes.

O trabalho de Groppo, Oliveira e Oliveira, (2019) revela os desafios enfrentados pelos participantes do cursinho Emancipa Minas refletem algumas das tensões inerentes aos cursinhos populares. Um dos principais dilemas relatados é a dificuldade de alinhar o discurso político com a prática educacional, o que gerou frustrações em alguns voluntários. Além disso, segundo os autores, houve estranhamento em relação a certas pautas sociais e políticas, como a questão LGBTQIAP+, o que indica que, mesmo em um coletivo que se propõe a ser inclusivo e transformador, há desafios na construção de consensos. Outro aspecto que Groppo, Oliveira e Oliveira (2019) destacam é a resistência inicial de alguns participantes à superação da lógica meritocrática e à ideia de que a educação deve ser um direito amplo e garantido a todos. Essa transformação, para muitos, exigiu um processo de amadurecimento e contato com concepções como as de Paulo Freire.

A pesquisa de Bonaldi (2018) destaca desafios enfrentados por estudantes de cursinhos populares, especialmente em relação às práticas de estudo e às exigências dos vestibulares. Muitos alunos, oriundos de camadas populares, constroem sua preparação educacional a partir do consumo de materiais audiovisuais disponíveis na internet, como videoaulas no YouTube, em detrimento da leitura de livros didáticos e materiais escritos formais. Essa preferência é compreendida como um reflexo de suas experiências de socialização e lazer, que privilegiam a linguagem audiovisual em diferentes contextos culturais e familiares. Entretanto, essa estratégia de estudo pode representar uma limitação frente às exigências dos exames seletivos, que demandam alta capacidade de interpretação textual e correlação entre diferentes tipos de informação, habilidades que dificilmente podem ser desenvolvidas apenas com conteúdos audiovisuais.

Para além das desigualdades sociais trazidas pelos estudantes, que se refletem nas diferenças nas práticas de estudo, no tempo de dedicação, estabelecimento de rotinas e disciplina (Bonaldi, 2018), a pandemia de COVID-19 agravou muitos dos desafios enfrentados pelos cursinhos populares. A necessidade de adaptação para o ensino remoto evidenciou as desigualdades no acesso à internet e a dispositivos eletrônicos, o que prejudicou muitos alunos que não possuíam infraestrutura adequada para acompanhar as aulas online (Niero, 2023). A redução das atividades presenciais também impactou negativamente a interação entre alunos e professores, diminuindo a efetividade do ensino.

Apesar dos desafios, os cursinhos populares continuam sendo uma ferramenta importante para reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Eles possibilitam que estudantes de baixa renda tenham acesso a uma preparação de qualidade para o Enem e

promovem uma formação crítica e cidadã (Lucena, 2024). No entanto, para que seu impacto seja ampliado, é necessário que o Estado e as universidades reconheçam e promovam essas ações.

O fortalecimento dessas iniciativas depende da mobilização da sociedade e do comprometimento do poder público. A democratização do ensino superior não será plenamente alcançada sem políticas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes das camadas populares (Niero, 2023). A ampliação do apoio aos cursinhos populares pode ser um passo decisivo nesse processo. A análise desses fatores evidencia como a seletividade do vestibular, a desigualdade no acesso à educação e a ausência de suporte governamental criam barreiras significativas para alunos e educadores envolvidos nesses projetos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou o papel dos cursinhos populares na democratização do ensino superior, explorando sua trajetória histórica, as oportunidades educacionais proporcionadas e os desafios enfrentados por essas iniciativas. A partir da revisão bibliográfica, foi possível compreender como esses cursos emergiram como uma resposta às desigualdades educacionais e se consolidaram como espaços de formação política e social.

No primeiro item, foi abordado o contexto histórico da educação superior no Brasil e o surgimento dos cursinhos populares como uma alternativa para estudantes de baixa renda. A pesquisa demonstrou que esses cursos começaram a ganhar força a partir das décadas de 1970 e 1980, como uma resposta à exclusão da população mais pobre das universidades públicas. A ampliação do ensino superior, com a criação de programas como ProUni e Reuni, contribuiu para aumentar o acesso às universidades, mas os obstáculos estruturais ainda permanecem.

O segundo item discutiu como os cursinhos populares ampliam as oportunidades educacionais, indo além da simples preparação para vestibulares. A pesquisa demonstrou que esses espaços oferecem suporte acadêmico, emocional e social para os estudantes, ajudando-os a lidar com as dificuldades impostas pelo modelo seletivo das universidades brasileiras. Além disso, a formação crítica proporcionada por esses cursos permite que os alunos compreendam melhor sua posição na sociedade e lutem por seus direitos educacionais.

No terceiro, foram analisados os desafios e limites desses cursinhos na democratização do ensino superior. A falta de financiamento e apoio institucional, a evasão estudantil, as

dificuldades estruturais e a necessidade de maior reconhecimento foram apontadas como os principais obstáculos para a continuidade dessas iniciativas. A pesquisa mostrou que, sem políticas públicas de suporte, os cursinhos populares dependem de trabalho voluntário e doações, tornando sua sustentabilidade incerta a longo prazo.

Entre as contribuições deste estudo, destaca-se a sistematização do conhecimento sobre os cursinhos populares, suas práticas pedagógicas e seus impactos na inclusão social. Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de políticas educacionais que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes de baixa renda no ensino superior. A relação entre a educação popular e a formação crítica dos estudantes também se mostrou um aspecto relevante, evidenciando que esses cursos vão além da preparação acadêmica e contribuem para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e politicamente engajados (Castro, 2012, p. 24).

No entanto, esta pesquisa possui algumas limitações. A análise foi baseada em revisão bibliográfica, sem a realização de pesquisa de campo por meio de entrevistas com alunos e professores dos cursinhos populares. Assim, futuros estudos poderiam explorar essas experiências diretamente, por meio de metodologias qualitativas que capturem as vivências e percepções dos sujeitos envolvidos nesses espaços. Outra limitação diz respeito à abrangência dos cursinhos analisados, uma vez que o estudo se concentrou em referências acadêmicas disponíveis, sem uma investigação detalhada das iniciativas em diferentes regiões do Brasil.

Assim, para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos comparativos entre cursinhos populares e outros modelos de educação alternativa, analisando quais estratégias são mais eficazes para democratizar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. Além disso, investigações sobre os impactos a longo prazo desses cursos na trajetória acadêmica e profissional de seus ex-alunos poderiam fornecer insights valiosos sobre sua efetividade. Outro ponto relevante seria a análise de políticas públicas que poderiam fortalecer esses cursos, garantindo seu financiamento e reconhecimento institucional.

Diante do exposto, conclui-se que os cursinhos populares continuam desempenhando um papel significativo na democratização do ensino superior no Brasil. No entanto, para que seu impacto seja ampliado, é fundamental que o Estado, as universidades e a sociedade civil fortaleçam essas iniciativas, garantindo que mais estudantes de baixa renda tenham acesso à educação de qualidade e possam transformar suas realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONALDI, Eduardo Vilar. **Tentando “chegar lá”: as experiências de jovens em um cursinho popular.** Tempo Social, v. 30, n. 1, p. 259-282, abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dúvidas sobre o Prouni.** [Brasília, DF], [202-]. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni/duvidas#o-prouni>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).** [Brasília, DF], [202-]. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o REUNI?** [Brasília, DF], 25 mar. 2010. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** [Brasília, DF], [202-]. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32248-reuni?start=20#:~:text=O%20Reuni%20foi%20institu%C3%ADdo%20pelo,Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(PDE\)](http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32248-reuni?start=20#:~:text=O%20Reuni%20foi%20institu%C3%ADdo%20pelo,Desenvolvimento%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(PDE).). Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. **Taxas de Rendimento. 2024.** Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese De Indicadores Sociais.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. **Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 299-326, maio/ago. 2006.

CARVALHO, Márcio F. de. **A educação popular como princípio dos cursinhos populares.** Cadernos CIMEAC, v. 3, n. 2, p. 73-90, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Educação popular, movimentos sociais e cursinhos populares: uma análise pelo espaço.** Cadernos CIMEAC, v. 2, n. 2, 2012.

CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. **Cursinho popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras.** 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Campinas, 2011.

D'ÁVILA, Geruza Tavares; KRAWULSKI, Edite; VERIGUINE, Nadia Rocha; SOARES, Dulce Helena Penna. **Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular.** Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 2, p. 350-358, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 74ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

GROPPO, Luís Antonio; OLIVEIRA, Ana Rosa Garcia de; OLIVEIRA, Fabiana Mara de. **Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240031, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022: apresentação.** Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque. **Formação docente em contexto não formal: a experiência nos cursinhos populares.** Educação em Revista, v. 40, e42772, 2024.

MAIA, Eduardo José Pereira. **Cidadania nos pré-vestibulares comunitários populares**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 7., 2021, Campina Grande. Anais do VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80866>. Acesso em: 18 out. 2024.

MITRULIS, E.; PENIN, S. T. DE S.. **Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 269–298, maio 2006.

NASCIMENTO, Daniela do. **Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da UNESP**. 2013.138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013.

NIERO, L. **Cursinhos populares:: problemática, histórico e atualidade para a educação popular de jovens e adultos**. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 31–49, 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/16504>. Acesso em: 18 out. 2024.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro. **A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares**. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 1, p. 86-96, 2012. DOI: 10.5335/rep.2013.2029. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029>. Acesso em: 25 out. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. Revista Diálogo Educacional, v. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SARAIVA, M. D.; FURLAN, E. G. M. **Aprendizagem da docência nos Cursos Pré-Universitários Populares: o que dizem os egressos**. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 33, n. 74, p. 186–202, 2024. DOI: [10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n74.p186-202](https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n74.p186-202).

SERRANO, Marianna Di Giovanni Pinheiro. **Cursinhos populares no Brasil: experiência e educação popular na perspectiva da luta de classes**. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/130905>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOARES, Dulce Helena Penna; KRAWULSKI, Edite; DIAS, Maria Sara de Lima; D'ÁVILA, Geruza Tavares. **Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 27, n. 4, p. 746-759, 2007.